

Pelo apuramento de responsabilidades políticas e criminais do caso de maus-tratos a 73 animais em Foz Côa

Pelo apuramento de responsabilidades políticas e criminais do caso de maus-tratos a 73 animais em Foz Côa

Para: Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. e Sres. Deputada/os dos Grupos Parlamentares, Sras. e Sres. Deputada/os Únicos Representantes de Partidos,

O QUE MOTIVA ESTA PETIÇÃO

Vários dias após a operação de resgate de mais de 70 animais que se encontravam à guarda do Estado em condições absolutamente degradantes e à beira da morte, ainda nenhum partido político com assento parlamentar demonstrou a devida indignação, solicitou respostas públicas ou recorreu aos instrumentos parlamentares de fiscalização ao seu dispor.

Foram salvos cães esqueléticos, doentes, infestados de carraças, privados de afeto, higiene e cuidados médicos, muitos em estado crítico, outros internados de emergência. Muitos viviam confinados a espaços minúsculos e fétidos, em cima das suas próprias fezes e urina, sem contacto humano digno durante anos.

QUEM DETINHA ESTES ANIMAIS?

A Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, entidade pública que detinha legalmente a guarda destes animais, é a principal responsável pela sua condição.

Em 2022, esta autarquia recebeu 220.000€ de fundos do ICNF (Aviso n.º 1/2022/ICNF) para a construção e modernização do canil municipal, mas não aplicou um único euro desses fundos no bem-estar dos animais.

A Assembleia da República e os partidos políticos dispõem de instrumentos parlamentares para:

- Convocar audições parlamentares;
- Requerer explicações a entidades públicas;
- Promover inquéritos e sindicâncias;
- Exigir relatórios, documentos e investigações formais.

Casos como o de Foz Côa revelam uma falência moral e institucional de várias entidades públicas — e exigem resposta firme da classe política.

REQUEREMOS A VOSSAS EXCELÊNCIAS:

1. Que a Assembleia da República exija explicações formais e públicas das entidades acima referidas;
2. Que sejam requeridos relatórios de execução e despesa dos fundos do ICNF (Aviso n.º 1/2022) atribuídos à Câmara Municipal de Foz Côa;
3. Que o caso seja remetido ao Ministério Público para investigação criminal e à Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL) para apuramento de responsabilidade administrativa;
4. Que os partidos políticos coloquem este tema na agenda parlamentar, promovendo um debate nacional sobre o fracasso das políticas de bem-estar animal nas mãos do Estado.

Quem devia ser chamado a dar explicações?

- O Presidente da Câmara de Foz Côa
- A Médica Veterinária Municipal
- O Presidente da Junta de Freguesia
- O Bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários

O que deve ser investigado?

- Durante quantos anos duraram os maus-tratos?
- Que veterinários estavam afetos ao CRO e com que vínculo contratual?
- Existia acumulação de funções com clínicas privadas?
- Porque havia medicamentos, vacinas e microchips no CRO que não eram utilizados nos animais?
- Houve apropriação indevida ou desvio de fundos públicos?
- Onde estão os relatórios de execução financeira e técnica relativos aos 220.000€ ou aos alegados 50.000€ usados em supostas campanhas de esterilização.

Assina o peticionário,

Armando Pires Tomás
(Presidente da Direcção do Núcleo de Intervenção e Resgate Animal)

Armando Pires Tomás